

Emendas para ministros irritam centrão, e Planalto pede devolução de repasses

Verba usada saiu dos R\$ 9,9 bilhões que Lula herdou após fim das emendas de relator; ministro da Agricultura é principal alvo

Thiago Resende e Julia Chaib

BRASÍLIA. O centrão se irritou ao saber que o governo usou a verba que herdou das extintas emendas de relator para destinar às bases eleitorais de ministros. Alertado sobre o risco de uma nova crise na articulação política, o Palácio do Planalto cobrou explicações e determinou que parte dos repasses seja desfeita.

A Folha mostrou na terça-feira (20) que o presidente Lula (PT) destravou os recursos que recebeu com o fim das emendas de relator, mas a primeira distribuição privilegiou estados de ministros do governo —principalmente Mato Grosso, de Carlos Fávaro (Agricultura), e Pará, de Jader Filho (Cidades).

No caso de Jader Filho, o governo argumenta que há justificativa para o repasse, pois o contrato é para preparar Belém, no Pará, para sediar a reunião global do clima (COP30) em novembro de 2025.

Com isso, Fávaro tem sido o principal alvo da pressão.

Integrantes do Palácio do Planalto afirmam que a ordem é para que ele cancele o envio dos recursos para Mato Grosso ou que a origem do dinheiro seja outra. Ou seja, sem gastar parte dos R\$ 9,9 bilhões herdados por Lula e que o governo tem prometido usar como se fossem emendas parlamentares.

Após a reportagem da Folha, líderes do centrão questionaram a autorização dos repasses a redutos eleitorais de ministros com dinheiro que, por acordo firmado com o Planalto, seria usado para negociação com o Congresso.

A insatisfação levou o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a ligar para o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), responsável pela articulação com o Legislativo.

Segundo relatos, Lira reclamou que a verba para atender a deputados está travada, enquanto ministros usam o remanescente das emendas de relator para destinar milhões de reais a suas bases.

Até o início da semana, haviam sido autorizados cerca de R\$ 200 milhões, que atendem principalmente os estados de Mato Grosso e Pará.

De cerca de R\$ 1,40 milhões empenhados (etapa que antecede o pagamento) pela Agricultura, foram destinados R\$ 130 milhões para sete municípios de Mato Grosso. Essa verba será utilizada para recuperação de estradas em área rural e na compra de equipamentos.

O Palácio do Planalto questiona Fávaro sobre qual critério foi usado, pois o ministro autorizou para Mato Grosso mais de 30% da verba que a pasta tem das extintas emendas de relator para o ano todo.

Em nota, o ministério afirmou que cadastrou mais de 8.000 propostas de convênios e que pretende, nas próximas semanas, empenhar todo o valor disponível no orçamento para esse tipo de ação.

A pasta disse que prioriza a recuperação de estradas para melhorar do escoamento da produção, a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, além do apoio a eventos agropecuários com a verba.

No caso do Ministério das Cidades, todos os R\$ 50 milhões encaminhados até agora serviram para o governo fede-



O ministro Carlos Fávaro (Agricultura) cumprimenta Lula. Sérgio Lima - 1º jun. 23/APP



O ministro Jader Filho (Cidades) cumprimenta Lula. Pedro Ladeira - 29. dez. 22/Folhapress

RS 9,9 bilhões

é o valor herdado pelo governo Lula que estava previsto para ser gasto com as emendas de relator e prometidos para o Congresso

RS 130 milhões

de um total de R\$ 140 milhões empenhados pelo ministério da Agricultura, comandado por Carlos Fávaro, foram para municípios do estado de Mato Grosso

ral assinar acordo com a Prefeitura de Belém para a construção de um parque urbano, anunciado durante visita de Lula à capital paraense.

A pasta informou que o contrato firmado com a Prefeitura de Belém no Parque do Igarapé São Joaquim faz parte de um conjunto de investimentos, ainda em definição, e que irá compor o apoio do governo federal para a COP30.

Padilha chegou a se reunir com Fávaro na quarta-feira (21) para tratar do tema.

Deputados do centrão questionam que o Palácio do Planalto afirma ao Congresso que é necessário cumprir um rito de análise dos pedidos, com critérios que estão sendo formulados pelos ministérios que têm em caixa o dinheiro das extintas emendas usadas amplamente na gestão de Jair Bolsonaro (PL).

As emendas de relator eram a principal moeda de troca no governo Bolsonaro e foram declaradas inconstitucionais pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Durante a campanha eleitoral, Lula chegou a chamar as emendas de relator de "maior esquema de corrupção da atualidade", "orçamento secreto" e "bolsão". A gestão petista, porém, driblou a decisão do Supremo e negociou a partilha desse recurso a partir de acordos feitos com o Congresso Nacional para ampliar sua base de apoio parlamentar.

O governo colocou um carimbo específico para esses recursos, para formalizar e organizar os pagamentos. Esse dinheiro foi dividido entre sete ministérios em um acordo político envolvendo as cúpulas da Câmara e do Senado e foi chancelado por Lula. Dessa forma, o Congresso manteve a influência sobre uma parcela bilionária do Orçamento.

O poder de indicar o destino desses recursos é cobiado por parlamentares, que, em troca de apoio a projetos de Lula no Congresso, querem enviar mais dinheiro para financiar obras e projetos em seus redutos eleitorais.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4